



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013581-87.2010.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Monitória - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Querubina Garcia de Lima**  
 Requerido: **Carlos Alberto Spaziani**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

QUERUBINA GARCIA DE LIMA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Carlos Alberto Spaziani, também qualificada, na qual o réu se viu condenado a pagar à autora a importância de R\$ 29.989,35, decisão da qual, após transitada em julgado, foi o devedor intimado para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

O réu/executado então interpôs exceção de pré-executividade alegando que a execução do valor do título esteja condicionada à entrega, pela autora/credora, do veículo VW *Saveiro*, obrigação que ainda não teria sido cumprida e que, por isso, não permite a execução do título.

A credora respondeu sustentando a regularidade do título apontando que o veículo, conforme prova dos autos, acabou em poder do próprio devedor/executado, ora excipiente, de modo ser improcedente a exceção.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à credora/excepta, razão assiste ao devedor/excipiente, pois que a sentença executada expressamente condicionou sua exequibilidade à entrega do veículo VW *Saveiro* ao devedor/excipiente.

A alegação de que a prova dos autos demonstraria que o veículo ficou em poder do próprio executado/excipiente contraria o que consta do título executivo.

Assim é que, em se tratando de relação jurídica sujeita a condição, nos termos do que determina o art. 572 do Código de Processo Civil, cumpre concluir que a credora, ora excepta, *"não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo"*.

Cabe, finalmente, considerar seja *"devida verba de patrocínio na hipótese de extinção do processo executivo pelo manejo de exceção de pré-executividade, devendo o valor ser fixado pelo juiz com equidade, haja vista, inclusive, a subsistência do débito, cuja cobrança não se ultima por simples vício formal"* (STJ-4ª Turma, REsp. 434.900-PA-EDcl-AgRg., rel. Min. Fernando Gonçalves) – in THEOTÔNIO NEGRÃO<sup>1</sup>.

À vista dessas considerações, cumpre extinguir-se a execução, impondo-se à

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 135, nota 43 ao art. 20.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

exequente/excepta o encargo de pagar ao executado/excipientes honorários advocatícios no valor de R\$ 700,00, na forma do que autoriza o art. 20, §4º, do Código de Processo Civil.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a exceção de pré-executividade oposta por Carlos Alberto Spaziani na execução que lhe move a credora/impugnada QUERUBINA GARCIA DE LIMA e em consequência **julgo extinta a execução** com base no art. 572 do Código de Processo Civil.

P. R. I.

São Carlos, 23 de dezembro de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**